

O liberalismo revisitado

Marco Maciel*

A palavra liberal, submetida ao desgaste do uso indevido, vítima de incompreensões e impropriedades, perdeu muito de sua força original. Empregam-na, não poucas vezes, para significar tudo e nada, como se fosse uma fórmula mágica capaz de conferir sentido a discursos vazios de conteúdo.

Esse desgaste pode explicar-se, também, pela confusão frequentemente gerada por sua utilização desinformada, ou mal-intencionada, na política e na economia. Paradoxalmente, liberalismo pode ter significados praticamente opostos: em economia, rima com o *laissez-faire* dos que defendem a omissão do Estado na condução das atividades produtivas, uma idéia do passado. Hoje, é universalmente aceito que o liberalismo econômico não serve a uma sociedade livre, mas a seu oposto.

Liberalismo, porém, nos termos que vem ressurgindo com formidável vigor na vida política brasileira, é conceito de tradição longamente sedimentada na história do país. Fortalece-se no bojo das mudanças ora vividas pela nação, sob a forma de mensagem nova captada do clamor popular, entendida e tornada

conseqüente por amplas e diversificadas lideranças.

Mesmo nos momentos de intensificação do autoritarismo — que esteve sempre presente na história brasileira, como na dissolução da Assembléia Constituinte pelo primeiro imperador, no Estado Novo implantado em 1937, nos anos que se seguiram a 1964 — o corpo de doutrinas enfeixado sob essa denominação fez-se valer no sentimento nacional. Exemplo disso é o crescendo que se observou a partir da instauração, por volta de meados da década de 70, do assim chamado processo de distensão, depois abertura. Os fatos que definiram seu rumo foram as eleições proporcionais e majoritárias realizadas em 1974, a revogação do AI-5 e de outros atos de exceção, a conquista da anistia, as eleições diretas para os governos estaduais — cada um deles antecedido e seguido por surtos de elevação das demandas sociais — tendo como ápice a memorável campanha pelas eleições diretas que empolgou o país nos primeiros meses de 1984.

É bom notar que essa trajetória marcou-se, e foi em grande parte condicionada e impulsionada por uma natural, espontânea e progressiva aglutinação de lideranças de diferentes partidos e correntes de opinião. Sua força de coesão foi um anseio de liberdade, ainda difuso,

* Marco Maciel é Ministro da Educação e fundador do Partido da Frente Liberal.

mas cada vez mais patente. Como costuma acontecer aos grandes movimentos de massa, baseados em idéias que realmente encontram respaldo nas aspirações populares, o fato político precedeu a doutrina que só agora começa a cristalizar-se, e deverá ganhar forma jurídica capaz de servir aos novos tempos que nascem dos mais evidentes exemplos de amadurecimento social de que temos notícia em nossa história.

A pedra de toque da democracia

De tudo isso pode extrair-se, em minha opinião, uma primeira conclusão: se é verdade que a palavra liberalismo sofreu inevitável desgaste do tempo, isso não quer dizer que algo semelhante possa ocorrer à idéia. Porque, até mesmo pelas suas origens, é conceito que tem a ver com liberdade, essa insubstituível conquista de nossa civilização que é, na opinião de muitos, a pedra de toque da democracia.

A nação brasileira está encerrando um período da sua evolução em que o exercício da democracia não foi sempre observado. Entretanto, como é capaz de perceber qualquer pessoa de bom senso, convivemos com grandes fases de progresso técnico e econômico, nas quais o país se modernizou, preparando-se para ingressar em mais elevados patamares de sua evolução econômica.

O centro da questão está em constatar o custo que a sociedade teve que pagar por estas conquistas,

alto demais em termos de justiça social — desgraçadamente não acompanhou a evolução das atividades produtivas.

Assim foi que, no plano institucional, assistimos ao fortalecimento da supremacia do poder Executivo sobre os demais; o Legislativo perdeu força, e não se deu condições de bem operar o Judiciário; retiraram-se da Federação, mantida formalmente na Constituição, condições concretas de existência, relegando-se estados e municípios à condição de mendicantes do poder central.

Perdeu autenticidade o processo de constituição do poder nacional, ainda que se realizassem eleições periodicamente. Enquanto isso, os partidos políticos, vítimas de processo semelhante, perderam autenticidade e com ela as condições de abrigar diversas correntes do espectro social.

Tudo isso ocorreu sem que a sociedade conseguisse organizar-se para deter um processo que tenderia, com o tempo, a cristalizar o autoritarismo.

Por outro lado, o regime buscou a legitimação, que lhe faltava no processo político, através dos resultados obtidos no campo da expansão econômica. Mas faltou-lhe irremediavelmente a sustentação quando a crise lhe retirou a possibilidade de manter o crescimento acelerado. Rapidamente o apoio das camadas médias de renda, submetidas a empobrecimento paulatino, deixou de existir, evaporando-se igualmente a sustentação dos círculos empresariais. Setores organizados da sociedade civil, como as entidades de

profissionais liberais, da Igreja, sindicatos de operários da indústria e outros mais, passaram a assumir posições nitidamente oposicionistas — timidamente a princípio, com vigor acentuado logo depois.

A tudo isso devem-se juntar as idéias e ações dos presidentes Geisel e Figueiredo de fazer deste país uma moderna democracia, resgatando compromisso assumido pela revolução de 1964.

Parece-me que estamos na metade do caminho desse processo, que se traduz, em outros termos, pelo crescimento do desejo de participação da sociedade na condução dos seus destinos. A campanha em favor das eleições diretas para presidente da República culminou num processo de esclarecimento popular a respeito de seus direitos e deveres numa sociedade democrática, representou, ainda que difusamente, uma opção por formas mais abertas e democráticas de organização do Estado, e serviu à disseminação e aperfeiçoamento das formas de estruturação da sociedade. Ainda assim, seu ponto alto não foi o final de um capítulo, somente, mas também e sobretudo o ponto de partida para uma caminhada na qual, mais conscientes, esclarecidas e organizadas, as diversas camadas sociais tendem a aproximar-se cada vez mais de conseguir plenamente a democracia.

Este processo será seguido e aprofundado com avanços significativos da participação. É bom verificar que, cada vez mais, aumenta o desejo de participar. Em todos os segmentos sociais — empresários e operários, profissionais liberais e

funcionários da máquina estatal, organizações religiosas e entidades classistas, associações de moradores — aprofunda-se e é mais patente o desejo de agir, de não apenas aguardar os resultados da ação de governo.

Construindo o seu destino

Até mesmo entre camadas mais marginalizadas desse processo, percebe-se, concretamente, que já não estão dispostos a permitir que seu destino se construa sem que opinem e participem. Mutuários do sistema habitacional, que há dois ou três anos sequer suspeitavam de que poderiam discutir as taxas segundo as quais se reajustam as suas prestações — todos exigem fazer-se ouvir. E, o que é melhor, conseguem.

Não será demais acreditar em que estamos a poucos passos do momento em que essa participação ganhará novos e mais avançados componentes. Porque, até aqui, tem-lhe faltado uma parcela importante, insubstituível se a desejamos efetiva, organicamente estruturada e apta a produzir resultados duradouros em termos de evolução democrática. Falta-lhe a participação política, aquela capaz de conferir nova autenticidade e poder aos partidos e tornar realmente democrático o processo de representação popular.

Da associação entre os diversos estágios participativos aos quais ascende a sociedade — estágios que não se sucedem de maneira estanque, porém se interpenetram, coe-

xistem, confundem-se num processo contínuo — é que será possível, num país como o Brasil, avançar em direção a uma sociedade mais democrática. As organizações formais do Estado (partidos políticos, câmaras legislativas, executivos portadores da legitimidade conferida pelo voto popular e universal) poderão aperfeiçoar-se através da democracia exercida no dia-a-dia das comunidades.

É isso que poderíamos também chamar, sem impropriedade, de realização democrática. Realização democrática no sentido de conquistar esse grande bem a que a humanidade vem aspirando em séculos de lutas — o direito à liberdade. Liberdade entendida quer em termos de direitos civis, quer em termos de conquistas sociais e econômicas.

Liberdade de pensamento que se garanta sem qualquer restrição e se concretize pelo indispensável direi-

to à sua expressão. Liberdade de associação e organização, com vistas ao necessário pluralismo, ao fortalecimento da ação das entidades comunitárias, dos sindicatos e outras organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores.

Liberdade para permitir que se consiga um desenvolvimento que chegue a todos, inclusive para grupos e estratos sociais que não têm voz para defender seus direitos ou opções de vida. Aqueles que, paradoxalmente, se tomados em seu conjunto hão de mostrar-nos que constituem, na realidade, a maioria dos brasileiros.

Esta é, na minha opinião, a face atual do liberalismo brasileiro. Um novo liberalismo, se assim o quiserem chamar, mas que guarda um significado compatível com a aspiração, que é velha como a humanidade, de resguardar a cada ser humano o direito de realizar-se em toda a sua integralidade e extensão. ★

*para você
o que é um
liberal?*

*o cara que tem
o queijo e quer
a faca também*

